

O GÊNERO ENSAIO COMO PRÁXIS SOCIOCOGNITIVA: CONSTRUÇÃO INTERSUBJETIVA DE SENTIDOS

Ricardo Yamashita Santos
Marcos Antonio Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte, Natal,
Brasil.

Resumo

Neste trabalho, pretendemos mostrar o gênero ensaio como algo que ultrapassa os limites referenciais do gênero em si. Com a compreensão de que, ao escrever o ensaio, o ensaísta revela concepções de mundo distintas, que levam em conta suas próprias percepções, temos o ensaio como uma prática, um agir no mundo que pode ter seu sentido construído de acordo com a ótica particular do ensaísta. E esta ótica não é necessariamente a mesma de quem vai ler o ensaio. No momento em que o ensaio chega ao leitor, parece haver uma construção de sentido que vai sendo negociada entre o autor e o leitor. Baseado nessa compreensão, traremos Larrosa (2004) e Marcuschi (2005), para um diálogo sobre o “ensaiar” e o “construir” sentido, revelando o ensaio como uma *práxis* sociocognitiva que situa o sujeito histórica, social e ideologicamente, tanto o que lê quanto o que escreve, para, a partir dessa negociação intersubjetiva, falar sobre um mundo possível de ser compreendido.

Palavras-chave: Ensaio, sociocognição, gênero.

1. INTRODUÇÃO

A palavra “ensaio” tem sua origem no Latim – *exagiu(m)* – ação de pensar, provar, experimentar etc., mas foi em 1580 que Michel de Montaigne escreveu a primeira parte do *Ensaïos*, discriminando, assim, o gênero. Considerado um texto multifacetado, o ensaio se torna um elemento de difícil delimitação, sendo associado inúmeras vezes com diários pessoais, artigos de opinião etc. Mas, entendendo a definição de Montaigne sobre o ensaio como uma sondagem do “eu”, podemos depreender a divisão feita por ele sobre o ensaiar: ensaia-se de ou sobre. Essas duas formas de ensaio revelam alguém que fala de algo ou sobre algo. No caso específico de

Montaigne, o seu ensaio revelava a sua ótica de e sobre, e, desta forma, todas as pessoas que também escrevem um ensaio revelam a sua.

Quando pensamos o ensaio como um ponto de partida para um diálogo entre autor e leitor, devemos ter em mente que estamos lidando com pontos-de-vista, opiniões, interpretações etc. que cada ensaísta constrói no momento da escrita. Existe um diálogo amplamente aberto entre o ensaísta e o leitor, onde as observações de cada um são “negociadas” no ato da leitura. A opinião que é construída no momento exato da escrita do ensaio não é fixa, podendo o autor – bem como o leitor – reformular completamente sua opinião *a posteriori*. Eis o objeto principal do ensaio. Revelar uma posição de um “eu”, e essa posição, inclusive, pode ser repensada, reconstruída, remoldada, de acordo com suas experiências e diálogos intersubjetivos. E isso se aproxima muito da proposta sociocognitiva da linguagem.

De acordo com a abordagem sociocognitiva, para que possamos compreender os processos de categorização, temos de entender as culturas, imbricações históricas, das quais cada sujeito faz parte, para podermos começar a entender como esses sujeitos conseguem criar sentido, cognitivamente falando, a partir do meio que o cerca. Em outras palavras, falar sobre algo sempre será falar sobre algo dentro de uma posição particular. E essa posição é a que nos interessa, pois ela pode ser “negociada”, como havíamos dito anteriormente.

Nesse sentido, nosso objetivo é mostrar o quanto o gênero ensaio se aproxima das propostas da teoria sociocognitiva, chegando, sobretudo, ao conceito de *práxis* sociocognitiva. Para isso, falaremos apoiados em Larrosa (2004), e Marcuschi (2005). Pretendemos, com isso, mostrar que um gênero textual pode ser entendido a partir das propostas da teoria sociocognitiva, que busca compreender como construímos, cotidianamente, nosso mundo.

2. O ENSAIO QUE “ENSAIA” A VIDA – LARROSA (2004)

Como diz Larrosa (2004), o ensaio se torna ensaio a partir do momento em que se coloca à prova a subjetividade nele proposta. Partindo desse pressuposto do texto de Larrosa (2004), *A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*, vamos, neste tópico, refletir sobre o ensaio e quais os principais objetivos desse gênero textual.

O ensaísta, ao escrever o ensaio, coloca-o como um elemento subjetivo, mas, nem por isso, “revelador absoluto de um sujeito”. Afinal, esse sujeito está a cada dia experienciando e reavaliando seus conceitos, o que transforma o ensaio em um ponto no qual “a subjetividade ensaia a si mesma” (LARROSA, 2004, p. 37). Isso faz com que pensemos em algo inacabado e, no caso, é a própria história de vida do ensaísta que se torna inacabada.

No ensaio não há a preocupação em descobrir uma verdade “pura”, que parta de bases subjetivas, mas sim, entender que aquele que escreve, escreve dentro de suas experiências próprias, ou seja, seriam as verdades experienciais do sujeito. E essas experiências já vividas e as por vir podem reformular suas convicções. Quando falamos em experiências, devemos entender não somente as vivenciadas *in loco*, mas tudo aquilo que o sujeito absorve como tal. As experiências advêm exatamente por entendermos que um sujeito negocia sentidos em sociedade, e, dessa sociedade, implica entendermos suas questões culturais, políticas, históricas dentre outras.

Larrosa fala também sobre o ensaio como sendo um elemento híbrido entre a filosofia e a literatura: “Sua vontade de verdade o habilita como filosófico, e a sua vontade de estilo, como literário” (LARROSA, 2004, P. 40). Nada mais normal dentro de um gênero que, por si só, revela as concepções de um sujeito situado sócio-historicamente. As concepções filosóficas e literárias pertencem a todos os sujeitos sociais. Todos nós sabemos de, pelo menos, alguma história, um conto popular, bem como entendemos de algo e buscamos refletir sobre esse algo. Isso está na base da literatura e da filosofia, concomitantemente.

Quando pensamos esses aspectos citados dentro do escopo do ensaio, percebemos que eles constituem diariamente o sujeito. Diariamente, pois o sujeito vai se (re)constituindo a cada dia, a cada nova experiência e a cada reformulação de idéias. O ensaio traz a perspectiva de alguém do presente, que representa um momento situado que já foi, ou é, o presente. Mas, para que o ensaio seja, de fato, ensaio e tenha o efeito de ensaio, devemos analisar esta passagem em que Larrosa (2004, P. 42) define muito bem uma palavra que faz com que o ensaio tenha uma validade real

Refiro-me a palavra *verdade*. Mas não entendida como a relação de um enunciado e a assim chamada realidade, mas como a relação entre cada um de nós e sua escrita, seu pensamento e sua vida. Uma relação que não seja de domínio, mas de compromisso, que não seja de apropriação, mas de transformação. Que exista alguém dentro de nossa forma de

escrever, de nossa forma de pensar, de nossa forma de viver. Seja a que for.

Portanto, ensaiar é mostrar algo de si mesmo, pensamentos que revelem um pouco daquilo que se personaliza ao eu de cada um. Para tanto, devemos ser coerentes com aquilo que escrevemos e realmente acreditamos, pois é isso que mostrará um sujeito que se cria e recria.

3. A “MOBILIAÇÃO” DE UM MUNDO SOCIOCOGNITIVO – MARCUSCHI (2005)

Analisaremos agora os pressupostos básicos da teoria sociocognitiva, ancorados no texto de Marcuschi (2005): *A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização*.

Ao iniciar a problemática sobre as concepções de mundo, Marcuschi faz uma afirmação interessante: “ninguém pode despir-se de sua condição cognitiva para avaliar sua condição cognitiva” (2005, p. 49). O que implica essa afirmação

Entender nossa condição cognitiva significa entender aquilo que temos como referenciais de mundo, as categorizações que fazemos do mundo em nossa volta e como lidamos com elas. Pensando assim, fica difícil imaginarmo-nos saindo de nós mesmos para compreender a condição cognitiva do outro. Embora tenhamos relações sociais em uma mesma sociedade, isso não significa compreender o mundo de uma mesma forma que o outro sujeito.

Eis que, com a teoria, cai por terra o *status* de verdade *a priori*, de base essencialista. A realidade propriamente dita não pode ser captada por nós. Nossas experiências são, também, limitadas por nossos aspectos físicos, o que relativiza nossa impressão sobre o que conhecemos como mundo, em termos cognitivos, dentro daquilo que nos é possível depreender. Isso não significa relativismo extremo nem essencialismo puro, mas sim, que nossas experiências físicas e sociais ancoram nosso conhecimento de mundo.

Nesse sentido, Marcuschi fala sobre o conhecimento objetivo como elemento que parte de um trabalho intersubjetivo (2005, p. 59), aquilo que conhecemos como “a realidade cotidiana”, instaurada, por exemplo, por um Estado, são elementos negociados, entre pessoas, até que se chegue àquela organização estrutural. Por isso, as

compreensões de mundo podem variar de cultura para cultura, de país para país, de classe social para classe social, de pessoa para pessoa. E podem estar constantemente sendo repensadas, renegociadas, pois é na interação que vai se construindo o conhecimento.

Essa possibilidade de interação requer entender que, para a teoria sociocognitiva, corpo e mente não se fazem como dois elementos distintos: não podemos construir sentido na interação sem considerarmos nossas experiências como parte integrante dos processos cognitivos. Dessa forma, esse pensamento rebate a proposta cartesiana de *res cogitans* – matéria pensante – separada de *res extensa* – matéria extensa, do mundo. Para Descartes, a mente não sofreria influência do mundo e conseguiria descobrir sua verdade através do pensamento lógico e racional. O corpo seria somente uma materialidade necessária para estarmos no mundo, sem oferecer influências para nossa mente.

Marcuschi (2005, p.62), ao falar sobre Langacker, afirma que “o autor defende uma posição que pode ser resumida aproximadamente nestes termos: a mente humana não é individual nem solipsista, mas situada e encorpada (*embodied*)”. Posteriormente Marcuschi completa: “Os corpos que encorpam essa mente são fundamentalmente os mesmos para todos os humanos e essa característica os faz terem as mesmas experiências numa dada coletividade” (2005, p. 63). Isso nos leva a imaginar que é por isso que, mesmo estando em culturas distintas, alguns processos de categorização podem ser compreendidos a partir das mesmas bases experienciais.

Eis que o pensamento de mente coletiva se funde ao de mente individual. As crenças que construímos não podem ser de maneira nenhuma dissociadas do meio sociocultural em que vivemos. Você jamais poderá crer em Buda se somente ouviu falar em Jesus Cristo. E tanto a crença em um como no outro está inserida na possibilidade que a cultura traz, ou seja, criamos sentido de acordo com aquilo que nossas experiências dizem ser possível.

Assim vamos construindo nossas referências e categorias: no contexto da cultura. A forma como falamos sobre o mundo revela nossa concepção sociocognitiva. E é no discurso que isso fica latente, pois “o mundo de nossos discursos (não sabemos como é o outro) é sócio-cognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo” (MARCUSCHI, 2005, p. 69).

Temos no discurso o elemento que pode dizer sobre o mundo. Mas, como dissemos anteriormente, não o mundo pronto e acabado, mas o mundo negociado,

experienciado. O discurso, portanto, é criador de versões públicas de mundo que vão se refazendo de acordo como vamos reavaliando nossa percepção. No dizer de Marcuschi (2005, P. 72):

Trata-se de observar o que os interlocutores fazem e como agem para construir um mundo público em sistema de co-produção discursiva. Entre as diversas coisas que aqui se pode observar estão, por exemplo, as maneiras de lidar com objetos e construí-los. Ver-se-á que se trata no geral de “objetos de discurso” e não do mundo. Não se pretende negar o valor referencial da língua e sim de rever a maneira como se dá esse processo de referenciação. O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo. Com isto as descrições são *reflexivas* (elaboram as circunstâncias de sua aparição na mesma medida em que a elas se ajustam), *indexicais* (repousam no contexto em que são fabricadas) e *situadas* (invocadas e fabricadas para fins práticos).

4. O ENSAIO COMO PRÁTICA DISCURSIVA SOCIOCOGNITIVA

O ensaio, mais do que revelador de um gênero textual, é um elemento de prática social. Ele revela um sujeito sócio-historicamente situado, que escreve a partir de um ponto e que pensa a partir desse ponto. Cabe-nos, portanto, enquanto leitores de ensaio, entendermos esse lugar cultural do qual o sujeito opina, de onde ele fala e cria sua voz. O sujeito age ao escrever, pois na escrita ele argumenta, expõe sentimento, relata, retrata, enfim. Quando produzimos linguagem, agimos. Como o próprio Marcuschi diz (2005, p.74) “se linguagem é atividade, parece razoável admitir a atividade como unidade de análise e foco da observação”.

A este propósito, temos então no ensaio não somente uma exposição, mas uma construção de sentido. Aquele sentido revelado pelo ensaísta acaba por ser o objeto de análise dos leitores que, ao lerem, dialogam com o autor, ora concordando, ora refutando, mas, o que é mais importante, construindo sentidos.

Esses sentidos só são possíveis no diálogo intersubjetivo, pois é na compreensão subjetiva de cada um que ele se torna objetivo. A estabilização do conhecimento só é realizada quando negociada. E isso não significa determinar o conhecimento, mas sim que ele se constrói cotidianamente, afinal, o que pensamos hoje pode ser refutado amanhã.

Larrosa (2004, p. 32) fala que “o ensaio é uma atitude existencial, um modo de lidar com a realidade, uma maneira de habitar o mundo, mais do que um gênero da escrita”. Isso realmente vem comprovar os nossos argumentos de que o ensaio deve ser entendido como uma prática social: Uma prática que leva em conta o sujeito e seu contexto, seus conhecimentos prévios de mundo, suas argumentações a respeito, um sujeito situado socialmente, que ensaia as possibilidades de falar sobre algo, que ensaia, inclusive, sobre sua vida.

A cognição não é, portanto, um fenômeno somente empírico ou mentalista, mas “um fenômeno essencialmente social elaborado intersubjetivamente no plano discursivo e a língua é um sistema encarnado, mas não de natureza ontológica que carrega em si o mundo. Ela é, sobretudo, um guia de sentido” (Marcuschi, 2005, p. 73). E o ensaio parece ser um farol que guia com esse princípio, como mesmo relatou Larrosa (2004, p. 32) “Poder-se-ia dizer, talvez, que o ensaio é o escrito precipitado de uma atitude existencial que, obviamente, mostra enormes variações históricas, contextuais e, portanto, subjetivas”.

Com tudo que argumentamos até este momento, parece-nos claro que o ensaio é um elemento de *práxis* sociocognitiva. Ao ensaiarmos estamos construindo sentido, estamos expondo um ponto de vista que poderá ser negociado na interação social. Essa interação, que se processa no ato da leitura do ensaio, pode ajudar na reconstrução de sentido por parte do leitor, que, por sua vez, poderá observar uma outra percepção sobre um determinado assunto. É o mesmo que termos nojo quando vemos chineses cozinhando cachorro ou indianos nadando em rios ao lado de ratos. Ou ainda, é o mesmo que os japoneses acharem algo escandaloso quando aparecem cenas de beijo explícito na novela das oito. São sentidos que se negociam; pontos de vista culturais, construções de realidades relativas que se ancoram no cotidiano de cada um, de cada nação.

Não estamos mais observando o certo e o errado, mas o possível e imaginável em cada realidade de vida. São construções de sentido que se baseiam em sujeitos sócio-historicamente situados, os quais, através dos tempos, vão se mesclando, se transformando. E o ensaio, como prática sociocognitiva, auxilia nessa percepção de mundo.

5. CONCLUSÕES

Pensamos ter deixado algumas ideias sobre o ensaio como sendo uma prática sociocognitiva. A negociação de sentidos que é feita no ato de ensaiar deve revelar um sujeito que reflete, argumenta, negocia sentidos sobre o mundo, sob uma perspectiva pessoal de analisar os fatos do cotidiano.

Cada sujeito social carrega dentro de si suas histórias de vida e seus posicionamentos. Essas experiências adquiridas são os elementos que fazem o sujeito adotar suas críticas próprias. O ensaio deve revelar isso e, mais ainda, (LARROSA, 2004, p. 39)

O ensaísta só pode confiar-se criticamente à própria experiência, só lhe resta experimentar, ver e fazer ver até onde é possível falar e pensar de outro modo, até onde é possível viver de outro modo. Por isso, não se trata, no ensaio, de cotejar a realidade com uma ideia, mas de cotejar a experiência em relação à verdade do poder e ao poder da verdade. Algo que talvez se chame pensamento.

E isso nos leva a pensarmos em nossas experiências como elementos constituintes de um mundo, mas não de um mundo real, captado pela essência, mas de um mundo ensaiado, experienciado. Nos dizeres de Marcuschi (2005, p. 74):

É provável que o segredo da cognição e dos modos de dizermos o mundo esteja não na relação linguagem-mundo confirmada por algum órgão da sensação perceptual, nem na relação entre pensamento e linguagem e sim nas atividades ou ações praticadas entre os indivíduos que conhecem. Se linguagem é atividade, parece razoável admitir a *atividade* como *unidade de análise* e foco da observação. Entender é sempre entender no contexto de uma relação com o outro situado numa cultura e num tempo histórico e esta relação sempre se acha marcada por uma *ação discursiva* [...] Meu problema não é o conhecimento científico e sim a cognição humana.

Portanto, ao apontarmos o gênero ensaio como resultado da práxis sociocognitiva, podemos repensar, conjuntamente, os demais gêneros. As tipologias textuais que nomeiam determinados gêneros, podem também ser concebidas como resultado da práxis. E é isso que pretendemos, mais para frente, relacionar com esse trabalho. Não se trata mais de gêneros fixos e fechados, mas sim de gêneros que se adequem as práticas cotidianas, sendo, dessa forma, textualizados de acordo com a necessidade.

REFERÊNCIAS

LARROSA, J. *A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2004.

MARCUSCHI, L.A. *A construção do mobiliário do mundo e da mente: Linguagem, cultura e categorização*. Juiz de fora: UFJF, 2005.